

# RACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS

*Gabriel Crozetta Mazon<sup>1</sup>*

Mestrando do PPG em Desenvolvimento Socioeconômico (UNESC)

[gabrielcmazon@gmail.com](mailto:gabrielcmazon@gmail.com)

*Alcides Goularti Filho<sup>2</sup>*

Docente do PPG em Desenvolvimento Socioeconômico e de Economia (UNESC)

[agf@unesc.net](mailto:agf@unesc.net)

## RESUMO

O presente artigo se propôs a analisar os serviços postais no Brasil, no período de 1930 a 1945, buscando identificar um movimento e descrevê-lo. A metodologia foi de pesquisa documental em relatórios do Departamento de Correios e Telégrafos, bibliográfica e em cima das leis que citadas nos relatórios. Foram utilizadas como categorias de análise: *adensamento do estado no território, camadas geoeconômicas, sistemas regionais de economia, burocratização (racionalização dos processos) e especialização das técnicas*. Quanto aos resultados encontrados, pode ser observado uma mudança de movimento, de expansão acentuada (1900-1930) passou para uma maior ênfase na racionalização (1930-1945). Com a fusão dos Correios e Telégrafos, os déficits financeiros diminuíram, mas não acabaram, porém houve um aperfeiçoamento da estrutura postal.

**Palavras chave: Serviços postais, Correios, Racionalização, Aperfeiçoamento da Estrutura Postal.**

The present article proposed to analyze the postal services in Brazil, from 1930 to 1945, seeking to identify a movement and describe it. The methodology was documental research in reports of the Department of Posts and Telegraphs, bibliographical and on top of the laws that cited in the reports. The following categories of analysis were used: territorial densification, geoeconomic layers, regional systems of economics, bureaucratization (rationalization of processes) and specialization of techniques. How much to the results found, can be observed a change of movement, of marked expansion (1900-1930) moved to a greater emphasis on rationalization (1930-1945). With the merger of the Posts and Telegraphs, the financial deficits diminished, but they did not end, but there was an improvement of the postal structure.

**Keywords: Postal services, Post office, Rationalization, Improvement of postal structure.**



## **1 INTRODUÇÃO AOS SERVIÇOS POSTAIS DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO VARGAS**

### **1.1. Economia brasileira no primeiro governo de Getúlio Dornelles Vargas**

Divide-se o Primeiro Governo Vargas em três fases. De 1930 até 1934, no governo provisório, era visto como chefe de uma revolução bem sucedida contra as oligarquias, que dominaram durante a República Velha, em favor, portanto, de uma justiça social de mudança no padrão de relacionamento entre as classes dominantes e dominadas. Já pensando no período 1934 até 1937, a instauração de um novo governo constitucionalmente, tendo um chefe de Estado comprometido com a prática democrática e com ideais liberais, quanto aos direitos individuais e liberdades políticas. Por fim, de 1937 a 1945, a instalação do chamado Estado Novo, um estado de forte centralização, de um único partido, que realizou conquistas sociais e estabeleceu relações externas, sem uma conversa próxima das forças sociais. Estes 15 anos foram de transição, de um país com território esparso e predominantemente agrário, de urbanização escassa e restrita, sem grandes núcleos densamente povoados, sendo que quase toda a população residia no rural. Esse período foi marcado pelo grande êxodo rural e o acelerado processo de urbanização no país e crescimento do setor industrial em polos. O Estado se tornou ainda mais presente, em comparação com a República Velha, incentivando o desenvolvimento da manufatura e a exploração de minérios, principalmente carvão e ferro, que são matéria prima para a indústria pesada. (DINIZ, 2004). Ainda, se empenhou na formação de uma identidade e unidade nacionais, exemplo, na obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa nas comunidades de imigrantes, para que se libertassem do isolamento linguístico e se reconhecessem brasileiros.

Seguindo o que foi disposto, o Primeiro Governo Vargas teve um caráter financeiramente austero, com rigidez orçamentária, controle do crédito e outras práticas, que deveriam frear a recuperação pós-crise de 1929. (PELAEZ, 1972; VILLELA E SUZIGAN, 1973; *apud* DINIZ, 2004) A própria motivação que ascendeu Vargas em 1930, de romper com a oligarquia, levou a uma ruptura no sistema de gestão pública até então de gestão “tradicional” para uma gestão burocrática, que acentuou o movimento de racionalização dos processos dentro da estrutura do Estado. Havia uma nítida resistência a um aumento muito elevado no quadro do funcionalismo público, e por isso também a



## **Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta Mazon e Alcides Goularti Filho**

tamanha importância dada para a capacitação dos trabalhadores para que desempenhem suas funções, com certa estabilidade no emprego de suas funções, evitando uma grande rotatividade na atividade. Essa prática ortodoxa, como o Estado é uma unidade e os acontecimentos não estão descolados, no Departamento dos Correios e Telégrafos essa mudança foi sentida a desgosto da administração e está no discurso dos diretores. A unificação dos Correios e Telégrafos em 1931, já fora uma medida para enxugar o orçamento e tornar mais prático, passando a compartilharem estruturas ligeiramente comuns, como as oficinas, a estrutura administrativa, os prédios, a Escola de Aperfeiçoamento (1934), entre outras. Era aparente a busca por anular o déficit orçamentário do Departamento, porém, apenas levou a uma redução. O serviço que mais avançou e teve destaque, na busca por reduzir custos, foi o serviço postal aéreo.

Partindo da concepção de que o orçamento é ideologicamente construído, da mesma forma práticas austeras ou progressistas veem de uma escolha dos governantes, influenciados por inúmeros fatores de instrução a experiências. O poder de conciliação da política tem uma capacidade de transformação, presente na sociedade e nas decisões dos governantes, pode promover verdadeiros “milagres”, que o âmbito privado do mercado por si só não é capaz de fomentar pela decisão dos capitalistas. Se o mercado tende ao equilíbrio e o desenvolvimento requer desequilíbrio, cabe ao Estado chocar a estrutura, realizando decisões que não são da natureza de um negócio capitalista, de buscar incessantemente o lucro, mas podendo obter déficit se isso for necessário, para o desencadeamento econômico ou mesmo sustentação frente a um desmonte de quaisquer estruturas relevantes<sup>1</sup>.

Com a crise de 1929, Getúlio Vargas inicia seu governo em 1930 intervindo na política comercial do café, comprando grandes quantidades de café para evitar a queda abrupta da renda, de início estocando o café comprado e depois de um tempo realizando sua queima. Isso tinha a intenção de controlar a quantidade do produto, por conseguinte seus preços no mercado internacional e mitigar perda no fluxo da renda gerada pela atividade direta e indiretamente. A moeda brasileira se desvalorizou, reduzindo o poder de compra no exterior, o que foi favorável para as exportações, mas reduziu as

---

<sup>1</sup> Como estruturas relevantes eu quis ser generalista, não só com estruturas econômicas, que fique claro, pode ser estrutura populacional, ... e outras.



**Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta  
Mazon e Alcides Goulartí Filho**

importações de forma acentuada. A crise no campo ainda não havia passado, com maior emprego de máquinas, a dificuldade de importação de determinados bens aumentou, e junto com isso, a migração de capital para atividade industrial, o que levou a um movimento na massa industrial bastante marcante, produzindo na sua maioria bens de consumo não duráveis. Foi, em larga medida, essa crise do campo que levou ao êxodo rural, que formou a massa operária urbana para implantação de indústrias maiores.

Durante a década de 1930, ocorreram dois movimentos distintos no valor do câmbio. Entre 1934 e 1937 ocorreu na moeda brasileira uma pequena apreciação externa, que gerou desconforto a alguns setores industriais fornecedores do mercado interno, mas permitiu a substituição de maquinário obsoleto ou de menor desempenho. Nos dois anos que se seguiram, de 1938-39, a desvalorização da moeda levou a patamares comparáveis aos tempos críticos da crise, e em 1939 é deflagrada a Segunda Guerra. A junção destes dois acontecimentos provocou um enorme saldo positivo no balanço de pagamento, gerando nova apreciação da moeda brasileira. A maior implicação disso pode ser entendida ao saber que, no início da década a indústria se encontrava com capacidade subutilizada, evitando redução, em situação semelhante no final da década à situação era o inverso, a atividade industrial ligada ao mercado interno estava em intenso uso de sua capacidade instalada. Outra mudança, no modo de pagamento, enquanto no início da década o café não encontrava compradores, no final da década eles existiam, mas realizavam compras a crédito, emitindo promessas a serem debitadas no futuro e foi prática na negociação das exportações no período, até mesmo pela situação. Sobre o período da Segunda Guerra, segue uma citação de FURTADO, 2007:

No período de guerra, porém, por mais que se baratassem as divisas, o volume das importações não cresceria, pois a produção de bens exportáveis e a disponibilidade de transporte marítimo estavam controladas nos países de guerra e independiam do sistema de preços.

As implicações para o balanço de pagamentos do Brasil foram as de que, a valorização, em boa margem, da moeda brasileira não provocaria redução na demanda externa por suas mercadorias, enquanto isso a oferta externa de mercadorias se manteria



praticamente inalterada, pelas condições já mencionadas na citação à cima. Era inevitável o acúmulo de reservas cambiais, provenientes do saldo positivo no balanço de pagamentos. E, em meio à guerra e os Estados Unidos entendendo a América Latina como região estratégica, para os esforços de guerra junto aos aliados, então, é que há um acordo com Getúlio Vargas. Nesse acordo, conhecido como Acordo de Washington (entre os Estados Unidos, Brasil e os demais países da América Latina), Getúlio Vargas negocia com F.D. Roosevelt a transferência ao Brasil da prática da siderurgia, para melhor aproveitamento do minério de ferro e do carvão, para produção de aço. Dentro da negociação, portanto, estava à parceria para construção de uma siderúrgica em Volta Redonda-RJ, em troca de apoio na Segunda Guerra. Então, em julho de 1944, 25 mil homens pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) são enviados para o front na Itália, em apoio aos aliados como fora firmado no acordo, e onde passaram os últimos oito meses da guerra. A siderúrgica foi inaugurada em maio de 1943, e com discurso de emancipação econômica do Brasil<sup>2</sup>, já que era condição *sine qua non* para a industrialização. Por fim, o apoio do Brasil ao lado dos aliados que eram as ditas nações democráticas não caiu bem, para um governo centralizador, como foi o Estado Novo, iniciando um movimento pela redemocratização em 1943, e com o envio da FEB para o front, no ano seguinte, o movimento tomou maior fôlego e estourou após a volta dos Expedicionários que sobreviveram. Em poucos meses a situação se viu insustentável e antes que fosse deposto, pelos mesmos militares que o puseram no poder em 1930, Getúlio Vargas resolveu renunciar em fins de 1945. (GORENDER, 2004)

Dentro dos serviços postais, a Segunda Guerra Mundial teve influência na determinação de realizar censura postal, de quaisquer correspondências vinda da Alemanha e seus aliados, após declarar estado de beligerância<sup>3</sup> (1942), isso já havia ocorrido também em 1917, durante a Primeira Guerra Mundial. “Apesar do desgaste dos serviços postais no início da Era Vargas, a chamada Revolução de 1930 foi realizada com

---

<sup>2</sup> Referência do trecho “discurso de emancipação econômica do Brasil”: COTTA, Pery - O petróleo é nosso? - Guavira Editores - 1975 - Rio de Janeiro - pgs. 83-84. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia\\_Sider%C3%BArgica\\_Nacional#cite\\_ref-5](https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Sider%C3%BArgica_Nacional#cite_ref-5)> Acesso em: Abril/2017.

<sup>3</sup> No Direito Internacional, estado ou qualidade de beligerante. Disposição de uma nação em estado de guerra com outra. Direito de declarar e promover guerra com o uso de tropas e armas, observados os princípios e leis internacionais. Opõe-se à neutralidade. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/293013/beligerancia>> Acesso em: Junho/2017



## **Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta Mazon e Alcides Goulartí Filho**

o auxílio de telegramas” (BARROS NETO, 2004), o que evidencia a importância de tal veículo para a comunicação nacional e também para a própria atividade política à época. Dentro do projeto nacional de desenvolvimento, as comunicações puderam representar os “laços” da integração, enquanto instrumento de *adensamento do estado no território*, se enraizando na vida cotidiana. A racionalização das funções do Estado, visando um ordenamento estamental e redução de custos, levou a uma maior interação entre diversas estruturas de serviços públicos, distintos e semelhantes, em *camadas geoeconômicas e institucionais* que foram sendo fomentadas. A integração comercial, visando formar um mercado interno dinâmico, dinamizou atividades econômicas pelas diversas regiões do país, que tiveram formações de seus *sistemas regionais de economia* diferenciadas. Os Correios continuaram disseminando trocas de mercadorias e informações, monetizando a economia dos povoamentos menores, apresentando uma alternativa de investimento emitindo títulos, e também registrando os cidadãos brasileiros, com a emissão do Registro Civil. O Registro Civil, que vem de um movimento iniciado no Império, com emissão das Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito, do Estado fazer a identificação e certificação dos seus cidadãos, como naturalmente brasileiros.

## **2 RACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS: A ESPECIALIZAÇÃO DA ESTRUTURA POSTAL NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS**

### **2.1.A Gestão Burocrática nos Serviços Postais e a Verticalização dos Serviços**

Weber definiu que uma das características básicas da sociedade moderna é a tendência crescente a racionalização de todas as esferas da vida social, política e cultura. A introdução da organização burocrática, no âmbito do Estado passando a sociedade, vem de sua superioridade puramente técnica reconhecida, sobre outras formas de organização conhecidas, ocasionada mais pela ampliação intensiva e qualitativa e pelo desdobramento interno do âmbito das tarefas administrativas do que pelo seu aumento extensivo e quantitativo. Em princípio, essa organização moderna do serviço público distingue a esfera oficial do cargo da esfera privada, separando a repartição do domicílio privado do funcionário. E isso iniciou na Idade Média, chegou à iniciativa privada, fazendo a separação de espaços entre as atividades desempenhadas dentro da empresa



privada, e separando também dá vida no domicílio, o que levou a separação entre os bens da empresa e a fortuna privada. Com uma grande procura de especialistas pela administração, isso ainda promove um incentivo pelo aumento da posição social real do funcionário, o que nesse ponto favorece as camadas já privilegiadas economicamente, que puderam estudar e se capacitar mais, para ocupar os maiores cargos na estrutura estamental. Nas sociedades em que existia um poder estatal unificado e intensivo, nos moldes de Estado “modernos”, essas estruturas políticas basicamente burocratizadas foram superiores e serviram para destroçar os conglomerados baseados essencialmente no equilíbrio instável. Também favorece a concentração dos meios materiais de administração na mão do senhor. (WEBER, 1982)

Entre os fatores essencialmente técnicos, os meios especificamente modernos de comunicações participam do quadro como responsáveis pelo ritmo da burocratização. [...] As proporções em que os meios de comunicação se desenvolveram é uma condição de importância decisiva para a possibilidade de administração burocrática, embora não seja a única decisiva. [...] O moderno Estado ocidental pode ser administrado pela forma atual apenas devido ao controle estatal da rede telegráfica, e por que o Estado tem à sua disposição os correios e as ferrovias. (WEBER, 1982, p. 248)

O trecho a cima citou a relevância das vias e meios de comunicação, que obtiveram relativa essencialidade para sustentar a burocratização, que exige maior tráfego e uniformidade na transmissão de informações entre as várias partes do sistema burocrático. Esse problema não era tão crítico nas sociedades instáveis patrimonialistas, por que basicamente, era bastante reduzida a quantidade de informações consideradas relevantes para esse sistema, e que passavam pelo “grifo dos notáveis” da elite das dadas sociedades, antes de serem veiculadas. É nítido que há na sociedade moderna um processo de complexificação das relações social e material. Assim, a burocratização se propõe a ordenar e especializar os serviços, tornando-os mais eficientes e separados dos interesses puramente privados, como acontecia no modelo patrimonialista, mas não se propôs a resolver questões de classe, nem favorecer a mobilidade social pela valorização do mérito. A realização de concursos públicos, por exemplo, foi uma prática introduzida nos serviços postais no Brasil desde o final do século XIX, que é a racionalização do processo de



## **Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta Mazon e Alcides Goularti Filho**

contratação de trabalhadores pelo Estado, valorizando o mérito de preparo direcionado aos cargos ofertados mediante inscrição e realização de provas. E como o concurso faz parte, mesmo permitindo essa mobilidade, não deixa de reforçar a estrutura, quando reconhece os mais bem preparados, que tiveram melhores condições para isso e compõem social e economicamente as esferas superiores.

Analisando o desdobramento das relações sociais e o desenvolvimento dos serviços, buscando tendências modernizadoras nos âmbitos do público e do privado, dá para perceber certo padrão, quase um laboratório, que se instala nos aparelhos de Estado. Nesse sentido, as novas práticas costumam ser testadas na esfera pública pelo Estado, que tem maior aporte que a esfera privada e o limite de alcance de um senso. Isso centraliza as informações, identificando certo resultado que vai orientar as decisões. Um resultado determinante é a incorporação pela população, que enraíza a prática que adere ao cotidiano, o que boa parte das vezes é reconhecida por um marco legal. Só que esse marco legal também surgiu de uma prática do Estado, que foi sendo adotada em detrimento do modelo patrimonialista, pois apresentou maior desempenho administrativo, e essa é a chamada burocracia, do público para o privado racionalizando toda a vida em sociedade, sobretudo, no modelo capitalista.

### **2.2. Escola de aperfeiçoamento dos correios e telégrafos**

Criada pelo Decreto nº 24.156, de 23 de abril de 1934, de acordo com o texto do decreto, considerando fundamental o preparo básico e especializado do pessoal, assinado pelo chefe do governo provisório Getúlio Dornelles Vargas. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, subordinado a diretoria geral, é ministrada em três graus: básico, normal e de aperfeiçoamento, respectivamente, ao preparo dos funcionários para a execução, administração e especialização técnica dos serviços postais e telegráficos. (BRASIL, 1935) Regulamentada pela Portaria nº 647, de 1º de maio do mesmo ano. Em 1935 regulamentado pelas Portarias nº 647 e 824, respectivamente, de 12 de maio e 8 de junho de 1935. Na sede além da fiscalização e certificação, ficou encarregado à prática dos cursos, enquanto nas repartições regionais apenas fiscalização e certificação, nas localidades mais afastadas da escola de aperfeiçoamento, poderia ser ministrado por funcionário capacitado, se houver. Nesta contavam inicialmente com 15 técnicos e diretor,



## **Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta Mazon e Alcides Goularti Filho**

pertencendo ao quadro superior da Repartição, no ano seguinte com 11 professores, 1 diretor e 2 instrutores, todos funcionários da Repartição graduados, além disto, na função administrativa 1 diretor de secretaria, 1 secretário, 3 auxiliares e 1 contínuo. Em 1936, é incorporado ao quadro mais 1 instrutor, e já são 6 os funcionários da repartição, pertencentes a funções administrativas, no quadro da escola. (DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 1934; 1935) A partir do disposto, certas promoções e funções passam a exigir certificado emitido, de formação da escola de aperfeiçoamento.

As cadeiras ofertadas foram de: Elementos de física e química, elementos de matemática, legislação postal interna, legislação telegráfica interna e internacional, aparelhos *Morse* e telefônicos, topografia. Ainda em adequação, ministraram-se 540 aulas, feitos 54 testes escritos por mês, correspondendo a 920 provas individuais, 12 parciais (2 cada matéria) correspondendo a 202 individuais. Realizaram-se trabalhos práticos de topografia, desenho topográfico e outros. Dos 62 alunos inscritos na primeira turma de Normal, 45 foram eliminados por desistência ou falta, dos 17 restantes no final do ano letivo, 10 foram promovidos por média e 7 dependendo de exames, de acordo com a lei do ensino. Na segunda turma de Normal, foram 70 inscritos, 21 eliminados por falta e outros motivos e 1 falecido, tendo se formado 15 alunos. No ano de 1936, tiveram turma para curso de Normal e Aperfeiçoamento, com 58 alunos, 25 vagas reservadas aos estados, 17 delas tendo sido preenchidas e destes 3 desistiram. Portanto, 42 alunos (26 recém-matriculados e 16 promovidos no ano anterior), se formando no curso 29 alunos, 22 do Normal e 7 do de Aperfeiçoamento, 19 interromperam e 6 reprovaram. 8 alunos se matricularam em aulas do curso básico de *Morse*, 2 concluíram. (DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 1934; 1935; 1936).

Aos trabalhadores já pertencentes ao quadro do funcionalismo, o regimento previa não prejudicar seu desempenho da Escola de Aperfeiçoamento (E.A.) com serviços de sua função. A lei nº 284, de 28 de outubro de 1936, de reforma do funcionalismo, retirou dos trabalhadores as vantagens em relação aos externos, quanto a aprovação, contratação e promoções. Reforçando que ser diplomado nos cursos da E.A. era considerado para as elevações de cargo, e com a reforma isso foi reduzido, mas, essas restrições foram derrubadas pelo Decreto nº 3.409, de 6 de dezembro de 1938, estabelecendo novas regras de desempate, revogando em parte o Regulamento de



## Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta

Mazon e Alcides Goularti Filho

Promoções, do Decreto 2.290, de 28 de janeiro de 1938. A Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos também contam com biblioteca para consulta de alunos, professores e instrutores, com livros devidamente catalogados e ordenados, conta com 454 volumes, além de um grande número de revistas, jornais e outras publicações. (DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 1941).

Tabela 1. Trabalhadores Postais Matriculados e Diplomados na E.A. do Distrito Federal 1934-1941.

Cursos	Aperfeiçoamento		Normal	
	Matriculados	Diplomados	Matriculados	Diplomados
1934	-	-	-	-
1935	12	5	16	7
1936	3	3	16	12
1937	7	6	9	4
1938	4	3	5	3
1939	4	3	13	3
1940	2	1	12	8
1941	-	-	9	6

Fonte: Relatório do Departamento de Correios e Telégrafos, 1941.

A Comissão Médica, que pela Portaria nº 1.557, de dezembro de 1935, foi transferida para a escola, vinda da Diretoria Técnica de Telégrafos e Regional do Distrito Federal, de onde funciona desde 1933. No posterior, que se seguiu, foram realizadas 3034 consultas, 603 curativos, 62 socorros de acidentes, 48 extrações de corpos estranhos, 3482 injeções, 30 operações e 19 internações hospitalares. Para 1936, 2714 consultas, 573 curativos, retirada de 91 corpos estranhos – serviços de olhos –, 53 operações diversas, 2324 injeção, 68 exames de urina, 37 de refração, etc. Os funcionários, médicos diplomados, servidos de material cirúrgico, de laboratório clínico, aparelhos de otorrinolaringologia, oftalmologia e drogas farmacêuticas. (DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 1936; 1937). Mais um passo no melhoramento nas



## **Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta Mazon e Alcides Goularti Filho**

condições de trabalho, pela preocupação, em estabelecer um quadro de funcionários preparados e em condições de exercer suas funções. Essa é uma interpretação bastante evidente nas leituras e nos dados, no que se refere aos Correios e Telégrafos, junto aos pedidos de aumento do investimento em estrutura e pessoal, bem como, melhoramento dos serviços frente às demandas regionais diversas e específicas.

Cabe lembrar que, anterior a E.A. dos Correios e Telégrafos, já existia desde 1920 a Escola de Aperfeiçoamento do Exército e da Marinha, ou Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), fundada em 1920 no Rio de Janeiro (Distrito Federal), pelo Decreto nº 13.752, de 10 de setembro de 1919. (BRASIL, 1920) Apesar da baixa adesão nos cursos regulares, a Escola de Aperfeiçoamento ao menos cumpriu função na formação de servidores, para assumirem cargos superiores, e aos alunos vindos de outras unidades federativas, levarem aos seus estados o conhecimento e a experiência adquiridos. Mesmo que não por cursos regulares, estes poderão transmitir o que desenvolveram na E.A., como ela mesma prevê, para os trabalhadores de localidades interioranas, que podem se utilizar do convívio com os superiores para se aperfeiçoarem nas funções. Isso despreocupa quanto à baixa adesão, e lembrando-se das exigências dos próprios concursos públicos, que exigem certo grau de formação, claramente elevado para os padrões da época. Pela incorporação da Comissão Médica, junto aos regulamentos legais, se vê uma melhora nas condições de trabalho, possibilidade de mobilidade interna por promoções, incentivo a melhora na instrução e aperfeiçoamento das funcionalidades do trabalho.

### **2.3. Construindo novas sedes**

Após a fusão, teve grande impulso os serviços de construção e modernização das sedes próprias para as Repartições e agências, também de adaptação da estrutura dos prédios locados e próprios ainda nos padrões de serviços que fora superado. Na Diretoria de Material, responsável pelos trabalhos, foi encarregada uma equipe para dar conta dos projetos. Ainda no primeiro ano, já foram feitos estudos, plantas e orçamentos, que organizados por técnicos da Diretoria realizaram 92 projetos, desenharam 415 plantas e cadastraram 271 edifícios. (DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, 1931) A maior importância para as edificações foi a de construir prédios particulares, nas



**Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta  
Mazon e Alcides Goularti Filho**

capitais dos estados, que ainda não dispunham de sede própria e em que as acomodações dessem condições de trabalharem conjuntamente os serviços postais e telegráficos. Foram construídos prédios diferenciados para os estados que o tinham, só que sem condição de centralizar os serviços. Essa foi um efeito marcante da fusão, que tinha o objetivo de diminuir o ônus em decorrência da elevação dos aluguéis, tornar mais produtivos os trabalhos realizados, diminuindo a necessidade de grandes contratações nessa nova fase de especialização, além disso, a centralização dos serviços em prédios maiores e melhor localizados tinha uma funcionalidade maior para a fiscalização. O período tinha no discurso a vontade de tentar acabar o déficit, tanto elevando as receitas quanto reduzindo as despesas, elevando a produtividade por vias de aproveitamento, especialização e modernização das estruturas física e de gestão da máquina pública de serviços postais (de pessoal, de material e de serviços).

Estavam em construção do ano de 1931 os prédios de Fortaleza, Teresina, Aracajú e Ilhéus, esperando inauguração o de Vassouras, aguardando iniciarem as obras dos de Curitiba, Vitória e São Lourenço. Em processo estavam em preparo os editais de concorrência para construção dos prédios de Natal, Maceió, Juiz de Fora, Belo Horizonte, com orçamento aprovado para os de São Luiz e São Borja e estando projetado e orçado, faltando aprovação à sede de Belém do Pará. Segue a baixo o quadro de prédios próprios existentes no ano, discriminado por Diretoria Regional, dando destaque ao estado do Mato Grosso, com expressivos 73 prédios próprios, só que cabendo uma observação, de que são estes com edificação feita de madeira. (DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, 1931)



## Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta

Mazon e Alcides Goulart Filho

Tabela 2. Prédios próprios nacionais do Departamento, por Diretoria Regional.

Estados	Nº agências próprias	Estados	Nº agências próprias	Estados	Nº agências próprias
Alagoas	1	Estado do Rio	12	Piauí	9
Amazonas	14	Goiás	7	Rio Grande do Norte	8
Bahia	2	Maranhão	4	Rio Grande do Sul	3
Ceará	28	Mato Grosso	73	Santa Catarina	5
Corumbá	22	Minas Gerais	2	Santa Maria	1
Diamantina	9	Paraíba	27	Santos	4
Distrito Federal	6	Paraná	4	Sergipe	2
Espírito Santo	3	Pernambuco	25	<b>Total</b>	271

Fonte: Relatório do Departamento de Correios e Telégrafos, 1932.

No ano de 1933, a Diretoria de Material contava com 343 trabalhadores, em diversos quadros, distribuídos nas cinco seções (Edifícios, Econômica, Almoxarifado, Tesouraria do Selo e Oficinas). A seção de edifícios organizou no ano 205 projetos de construção e adaptação de edifícios e móveis, em 1.123 desenhos. Foram seguidas várias reformas e adaptações, mas, o destaque cabe ser dado aos prédios das Diretorias que foram inaugurados, em Fortaleza e no Distrito Federal, com obras concluídas em dois prédios, na Rua 1º de Março e da Rua do Mercado. Teve avanço na construção dos prédios de Teresina, Maceió, Curitiba, São Borja, Aracajú, e iniciaram os de Vitória, Alagoas, Natal, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Dos projetos que aguardavam autorização para construção, foi autorizado o de São Luiz do Maranhão, e projetados e orçados os da Bahia, Feira de Santa, Juazeiro, Alegrete, Uruguaiana e Campo Grande. Para o ano a contagem de prédios próprios passou dos 271, do ano anterior, para 296 com a entrada em funcionamento de 25 novas edificações, entre sedes e agências. (DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, 1933)



## Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta

Mazon e Alcides Goulart Filho

Tabela 3. Prédios próprios nacionais do Departamento, por Diretoria Regional em 1933.

Estados	Nº agências próprias	Estados	Nº agências próprias	Estados	Nº agências próprias
Alagoas	4	Goiás	7	Rio de Janeiro	21
Amazonas e Acre	14	Juiz de Fora	4	Rio Grande do Norte	7
Bahia	21	Mato Grosso	70	Rio Grande do Sul	2
Campanha	1	Minas Gerais	2	Santa Maria	1
Ceará	19	Pará	4	São Paulo	5
Corumbá	12	Paraíba do Norte	30	Sergipe	3
Diamantina	9	Paraná	12		
Distrito Federal	7	Pernambuco	25		
Espírito Santo	6	Piauí	10	<b>Total</b>	296

Fonte: Relatório do Departamento de Correios e Telégrafos, 1933.

Tabela 4. Prédios próprios nacionais do Departamento, por Diretoria Regional em 1934.

Estados	Nº agências próprias	Estados	Nº agências próprias	Estados	Nº agências próprias
Alagoas	6	Espírito Santo	10	Piauí	12
Amazonas e Acre	15	Goiás	7	Rio de Janeiro	25
Bahia	14	Juiz de Fora	6	Rio Grande do Norte	7
Campanha	7	Maranhão	20	Rio Grande do Sul	7
Ceará	25	Minas Gerais	8	Santa Catarina	5
Corumbá	20	Pará	4	Santa Maria	4
Cuiabá	79	Paraíba	35	São Paulo	7
Diamantina	9	Paraná	12	Sergipe	3
Distrito Federal	9	Pernambuco	28	<b>Total</b>	384

Fonte: Relatório do Departamento de Correios e Telégrafos, 1934.

Foram concluídas as obras de construção das sedes de São Luiz do Maranhão, Florianópolis e Natal, tendo iniciado a construção das sedes da Administração da Bahia, Minas Gerais e em Campo Grande de Mato Grosso. Entre os anos de 1932 e 1935, foram



**Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta  
Mazon e Alcides Goularti Filho**

construídos os prédios próprios das agências de Laguna e Florianópolis, aos custos, respectivamente, de 134:124\$200 e 1.155:175\$807 (1.029:865\$800, com reforço de 125:310\$007). Concluídos prédios das capitais do Maranhão, Santa Catarina e Rio Grande do Norte, já contava o Departamento dos Correios e Telégrafos com 387 próprios, avaliados em 56.317:564\$733 e promovendo economia de 200:000\$000 por ano com aluguéis, saldo que não pode ser maior no ano devido ao reajuste geral dos aluguéis, tanto nas capitais quanto no interior. (DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 1935; 1936) Contudo, ainda com a redução de custos, manteve-se o déficit vista enorme extensão do território brasileiro, que consiste localidades distantes e pouco povoadas, na sua maioria, atendidas por serviços postais, gozando da presença de agência e serviços devidamente estabelecidos. Nestas condições que contrariam os balanços financeiros, que pedem a supressão para sanar o déficit, o que não é errôneo tratar como racional, o Departamento mantém as estruturas e incluem no processo de modernização. A visão de que todos os cidadãos brasileiros são merecedores dos benefícios que proporciona o acesso a vias e meios de comunicação, sendo um serviço básico que diminui a angústia da liberdade privada, transposta pela coletividade *sine qua non* a transformação do ambiente social.

Durante o primeiro Governo Vargas, a Sessão de Projetos desenhou modelos padrão por escala de atendimento em cada cidade, a partir disso foram construídos. Do período anterior para esse período, uma importante mudança foi à centralização das funções no Distrito Federal, subordinado a recém-criada Sessão de Projetos, que também tratava dos orçamentos e processo de licitação para construção, junto às empresas que se candidatavam. A leitura de Pereira (1999) e da Sessão de Projetos nos relatórios, permite entender o que fazia com que se vissem prédios de mesmo modelo sendo edificado, tanto no Nordeste quanto no Sul do país, deixando um pouco de lado os elementos regionais, que era o que predominava anteriormente, no modelo descentralizado da Primeira República. O estilo arquitetônico que predominou foi o *art déco*, que é marcado pelas formas retilíneas. Isso se manteve até o ano de 1974, quando o Departamento de Correios e Telégrafos sofria uma mudança, após a sua transformação em Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), em 1969, e se intensificou a padronização, com certa flexibilidade para as demandas regionais e dando prioridade para o uso de material local, na construção dos novos prédios.



#### **2.4. Novos serviços**

Os Correios passaram a realizar registros da prática de títulos públicos, e referente ao trabalho da movimentação de títulos, por cobrança, recebimento, emissão e pagamento, os números podem não parecer importantes, mas considere um período em que a instrumentalização dos títulos ainda não era disseminada, para captação de recursos para financiamento do Estado, nem como ferramenta de política monetária, regulando a quantidade de moeda na economia. Esses títulos serviam para satisfazer a necessidades pontuais.

Em 1932, os Correios em Santa Catarina, receberam 5 títulos para cobrança ano valor de 564\$500 e cobrados, em 1934 foram 15 títulos no valor de 1:170\$200, tendo cobrado 3 títulos na importância de 562\$000 no ano de 1932, e não houve movimentação no ano de 1933. No Brasil no ano de 1932 foram recebidos 2.283 títulos para cobrança, na importância de 109:900\$700, cobrados 1.057 títulos no valor de 47:982\$000. Quanto à emissão, em 1934 no Brasil foram emitidos 314.356 títulos no valor de 75.038:855\$400, no ano seguinte emitiu 321.488 títulos no valor de 85.738:476\$000 e pagou, respectivamente, 312.275 e 323.834 títulos nas importâncias de 74.046:312\$100 e 85.230:596\$400. Em Santa Catarina, também, segundo o relatório de 1934, no ano de 1933 foram oferecidas 448 carteiras com renda de 1:544\$000 e em 1934 ofereceu 140 carteiras com renda de 420\$000. (DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS, 1932-1935) A venda de títulos era um mecanismo legal dos serviços postais se financiarem, quando falta de recursos repassados pelo Tesouro Nacional e das Diretorias Regionais, por intermédio do Departamento na Capital.



## Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta

Mazon e Alcides Goulart Filho

Tabela 5. Títulos Pagos por Meio dos Serviços Postais entre 1936 e 1939.

Ano	Quantidade		Importância		Pago por Título	
	Santa Catarina	Brasil	Santa Catarina	Brasil	Santa Catarina	Brasil
1936	48	2699	1:881\$500	143:225\$900	39\$198	53\$066
1937	157	4148	7:603\$700	204:975\$900	48\$431	49\$416
1938	133	5555	10:904\$500	281:358\$400	81\$989	50\$650
1939	67	6973	1:839\$600	404:576\$400	27\$457	58\$020

Fonte: Relatório do Departamento de Correios e Telégrafos, 1936-1939.

Por determinação prevista na Convenção Postal de Londres, pela União Postal Universal (UPU), em 1929 foi acordado realizar o serviço de emissão de carteiras de identidade. A realização não foi imediata, mas dentro do projeto do governo de Getúlio Vargas, de criar uma identidade nacional e integrar o país. O serviço passou a ser realizado e seus números passam a aparecerem divulgados nos relatórios no ano de 1932, após o Decreto nº 20.775, de 11 de dezembro de 1931, no seu Capítulo X, sobre Cupons-Resposta e Carteira de Identidade, no Título I das Taxas Postais, que determina a taxa postal de emissão das carteiras de identidade em 3\$000. Essa taxa se mantém até 1937, quando pode ser visto um aumento do valor, se for calculado, em Santa Catarina no ano de 1938 a taxa apresentada é de 4\$895 e 5\$000 no ano seguinte, enquanto no Brasil dá 5\$000 em 1938 e 4\$764 em 1939.



Tabela 16. Números de Carteiras de Identidade Emitidos e Renda Proveniente dos Selos entre 1932 e 1939.

Ano	Santa Catarina	SC_ Renda com Selos	Brasil	BR_ Renda com Selos
1932	362		16579	
1933				
1934	140	420\$000	9718	29:157\$000
1935				
1936	7	21\$000	5081	15:105\$000
1937	3	9\$000	2353	7:069\$000
1938	19	93\$000	1954	9:770\$000
1939	16	80\$000	1480	7:050\$000

Fonte: Relatório do Departamento de Correios e Telégrafos, 1932-1939.

A história da carteira de identidade no Brasil se iniciou em 1907, com Edgar Costa, quando foi diretor do Gabinete de Identificação e de Estatística da Polícia do antigo Distrito Federal, entre 1907 e 1911. Ele foi quem instituiu o Registro Civil de Identificação, com adoção da Carteira de Identidade, sendo portador da cédula de identificação de nº 1. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL). Antes disso, Decreto nº 10.044, de 22 de setembro de 1888, determina que a universalidade do Registro Civil no território do Império, para registro de nascimento, casamento e óbito, as primeiras formas de registro civil e o decreto que disseminou a prática. (BRASIL, 1889) Pelo Decreto nº 4.764, de 05 de fevereiro de 1903, o então presidente Rodrigues Alves, de regulamentação da Lei nº 947, da entrada a datiloscopia no Brasil, que utiliza a impressão digital como parâmetro de identificação. (BRASIL, 1904). Com isso então foi introduzida à cédula da Carteira de Identidade, como mencionado, por Edgar Costa contendo a impressão digital do portador, número de inscrição, foto para identificação visual e assinatura autêntica. Segue o trecho do Decreto nº 4.764, de 05 de fevereiro de 1903, no artigo que versa sobre o parâmetro de identificação:



**Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta  
Mazon e Alcides Goulartí Filho**

Art. 57. A identificação dos delinquentes será feita pela combinação de todos os processos atualmente em uso nos países mais adiantados, constando do seguinte, conforme o modelo do livro de Registro Geral anexo a este regulamento:

- a) exame descritivo (retrato falado);
- b) notas cromáticas;
- c) observações antropométricas;
- d) sinais particulares, cicatrizes e tatuagens;
- e) impressões digitais;
- f) fotografia da frente e de perfil.

Parágrafo único. Esses dados, serão na sua totalidade subordinados á classificação dactiloscópica, de acordo com o método instituído por D. Juan Vucetich, considerando-se, para todos os efeitos, a impressão digital como a prova mais concludente e positiva da identidade do individuo e dando-se-lhe a primazia no conjunto das outras observações, que servirão para corroborá-la.

**2.5. Internalização de novas funções concernentes a pratica dos serviços postais.**

Antes mesmo da fusão da Diretoria dos Correios e a Repartição de Telégrafos, pelo Decreto nº 20.859, de 26 de dezembro de 1931, já haviam se fundido as oficinas á 1º de setembro do mesmo ano. A fusão se deu por incorporação, inclusive do pessoal, das dependências da tipografia e carpintaria ao quadro dos Correios e o cargo do responsável mudou de nome, de Superintendente das Oficinas Postais para Superintendente das Oficinas. Tem a oficina divisão em cinco seções: de mecânica, de tipografia, de maquinas, de correaria e de eletricidade. A economia com a medida foi considerável, e para que se tenha uma noção, a seção de correaria, que faz o concerto de sacos ou malas e bolsas de coleta, concertou no ano 64.835 peças contra 13.056 do ano anterior. Foram contratados mais dois operários, e adquiridas duas máquinas, levando ao aproveitamento de 80% das 50.000 peças amontoadas desde 1926, dispensando a compra de sacos novos durante o ano. A tipografia, dividida em seções de composição, estereotipia, pautação, impressão e encadernação, produziram na grande de milhões, livros e fórmulas impressas de todos os



## **Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta Mazon e Alcides Goularti Filho**

tipos. Na mecânica reparavam-se carros e caminhões, com até nove anos de rodagem, também se recuperavam aparelhos de carimbar e estampar selos, de escrever e calcular, relógios, cofres, caixas de assinante e aparelhos telegráficos. No Distrito Federal, os serviços de eletricidades se encarregavam de elevadores das dependências dos Correios, concerto das máquinas, instalação de energia e gás. E, por fim, na carpintaria eram produzidas as centenas, móveis e utensílios para todas as Repartições dos Correios.

As oficinas em questão tiveram início das oficinas postais, criadas em 1921 pelo Diretor Geral dos Correios, Clodomiro Pereira da Silva, que se desdobraram dez anos depois nas Oficinas do Departamento. (DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 1935). No ano de 1931 foram 161 operários, os que trabalharam nas oficinas, produzindo 1.566:272\$150, que descontados a remuneração dos trabalhadores e o material, trouxeram um saldo de 300:200\$031, que foi renda líquida a Repartição. Todos estes serviços sediados na Capital Federal, e já eram os mais variados os serviços executados e que tiveram melhoramento significativo após a fusão, do ponto de vista da especialização dos trabalhadores, do melhoramento da estrutura física, do fornecimento do material necessário, e, sobretudo, para a renda. Isso é importante, por que algumas agências foram suprimidas, mas o número de trabalhadores pouco se alterou, tendo sido remanejados para dar conta das insuficiências e qualificar os serviços. (DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 1931). No ano de 1935, a oficina produziu resultado de 1.857:175\$856 pelos trabalhos executados. Na tipografia foram impressas 64.640.166 unidades de material, foram fabricados 9.756.140 fechos de chumbo e 16.950 colares para malas, na seção de mecânica. Apenas nos fechos a economia fora de 600:000\$000, dos que antes do fabrico eram importados. (DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, 1935). Seguem tabelas, da produção da marcenaria e maquinaria no ano de 1933:



**Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta  
Mazon e Alcides Goularti Filho**

Tabela 17. Produção da Oficina de Máquinas em 1933.

<b>Concertos Verificados</b>	<b>Quantidades</b>
Automóveis	506
Balanços	144
Caixas de coleta	110
Cofres	22
Colares para sacos	760
Chaves para caixa de assinantes	403
Máquinas de escrever e calcular	37
Tipos de metal para carimbo	700
Diversos	93
<b>Total</b>	<b>2775</b>
<b>Movimento financeiro</b>	<b>32:227\$000</b>

Fonte: Relatório do Departamento de Correios e Telégrafos, 1933.



**Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta  
Mazon e Alcides Goularti Filho**

Tabela 18. Produção da Oficina de Marcenaria em 1933.

<b>Peças</b>	<b>Fabricado</b>	<b>Consertado</b>
Armário	4	27
Bases de diversas qualidades e feitios	1263	-
Balcões	6	-
Bancos	30	-
Cadeiras	-	505
Cabides	20	-
Cestas de vime	120	-
Caixas	62	-
Cabines para telefone	6	-
Estrados	6	-
Escadas	8	-
Fichários	8	-
Mesas	43	97
Manipuladores para cartas	5	-
Quadros	32	-
<b>Total de peças</b>	<b>1613</b>	<b>629</b>
<b>Movimento Financeiro</b>	<b>68:644\$300</b>	

Fonte: Relatório do Departamento de Correios e Telégrafos, 1933.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No Primeiro Governo Vargas, entre 1930 e 1945, para ordenar a centralização das decisões as estruturas do Estado foram sendo racionalizadas burocraticamente, como



## **Racionalização Dos Serviços Postais No Primeiro Governo Vargas – Gabriel Crozetta Mazon e Alcides Goularti Filho**

forma mais eficiente de administração em relação a instável gestão patrimonial. Forma monocrática que privilegia o mérito, buscando dar ocupação de pessoal capacitado para os cargos ofertados, inclusive oferecendo cursos de capacitação e aperfeiçoamento. No caso dos correios e telégrafos, desde 1934, tinha no Distrito Federal a Escola de Aperfeiçoamento dos Correios e Telégrafos, que formava profissionais vindos das diversas regiões do país, certificando-os para transmitir e certificar o seu pessoal quando voltassem a suas respectivas Administrações Regionais e/ou agências. Não só para qualificar o trabalho e os trabalhadores, também se tinha uma preocupação em tornar mais efetivo o investimento dentro do orçamento aprovado, fornecendo novos serviços e melhorando os existentes cada vez mais, reduzindo custos e atendo maior parcela da população.

Vargas almejou acabar com os déficits postais, sem ter conseguido nenhum único ano de resultado superavitário, pois as necessidades de reinvestimento foram constantes e crescentes, sem ser numa taxa constante. Para isso foram verticalizadas muitas funções, inclusive produtivas para dentro da estrutura postal, centralizadas no Distrito Federal. Muitas funções administrativas também foram centralizadas, inclusive os projetos dos edifícios que foram padronizados, e os próprios endereços eram próximos nas cidades ou regiões próximas, onde se concentravam muitas atividades distintas. Por exemplo, no Distrito Federal, onde ficavam inúmeras funções, se buscou adquirir na medida da viabilidade, novos terrenos e/ou prédios mais próximos e/ou de preferência na mesma rua, para facilitar o tranqüilo de informações entre interdepartamental e entre as sessões criadas.



#### **4 REFERÊNCIAS**

##### **Relatórios**

DIRETORIA GERAL DOS CORREIOS. *Relatório da Diretoria Geral dos Correios do ano de 1930, apresentado pelo diretor geral Geonísio Curvello de Mendonça ao Ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1931.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. *Boletim: Publicação Oficial Quatro N.9 de janeiro a junho de 1912*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS. *Relatório das Extintas Diretoria Geral dos Correios e Repartição Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1931, apresentado pelo diretor geral Tenente Coronel João de Mendonça Lima ao Ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1932.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1932, apresentado pelo diretor geral Adroaldo Tourinho Junqueira Ayres ao Ministro da Viação e Obras Públicas José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1933.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1933, apresentado pelo diretor geral Leonidas de Siqueira Meneses ao Ministro da Viação e Obras Públicas João Marques dos Reis*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1934.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1934, apresentado pelo diretor geral Leonidas de Siqueira Meneses ao Ministro da Viação e Obras Públicas João Marques dos Reis*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1935.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1935, apresentado pelo diretor geral Leonidas de Siqueira Meneses ao Ministro da Viação e Obras Públicas João Marques dos Reis*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1936.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1936, apresentado pelo diretor geral Leonidas de Siqueira Meneses ao Ministro da Viação e Obras Públicas João Marques dos Reis*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1937.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1937, apresentado pelo diretor geral Capitão Mário José de Faria Lemos ao Ministro da Viação e Obras Públicas General João de Mendonça Lima*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1938.



\_\_\_\_\_. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1938, apresentado pelo diretor geral Capitão Mário José de Faria Lemos ao Ministro da Viação e Obras Públicas General João de Mendonça Lima*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1939.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1939, apresentado pelo diretor geral Capitão Landry Sales Gonçalves ao Ministro da Viação e Obras Públicas General João de Mendonça Lima*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1940.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1940, apresentado pelo diretor geral Capitão Landry Sales Gonçalves ao Ministro da Viação e Obras Públicas General João de Mendonça Lima*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1942.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Departamento Geral dos Telégrafos referente ao ano de 1941, apresentado pelo diretor geral Capitão Landry Sales Gonçalves ao Ministro da Viação e Obras Públicas General João de Mendonça Lima*. Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral dos Correios, 1943.

## **Legislação**

BRASIL. *Decreto nº 10.044, de 22 de Setembro de 1888*. Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, v. 2, p. 284, 1889. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao8.html>> Acesso em: Junho/2017.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 4.764, de 05 de Fevereiro de 1903*. Coleção de Leis da República do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, v.2, p.95-122, 1904. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/republica/colecao2.html>> Acesso em: Junho/2017.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 13.752, de 10 de Setembro de 1919*. Coleção de Leis da República do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, v. 3, p. 189, 1920. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/republica/colecao3.html>> Acesso em: Junho/2017.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 20.775, de 11 de dezembro de 1931*. Coleção de Leis da República do Brasil, Rio de Janeiro, parte 1, v. 4, p. 73-88, 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/republica/colecao5.html>> Acesso em: Junho/2017.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 20.859, de 26 de dezembro de 1931*. Coleção de Leis da República do Brasil, Rio de Janeiro, parte1, v. 4, p. 210-260, 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/republica/colecao5.html>> Acesso em: Junho/2017.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 24.156, de 23 de abril de 1934*. Coleção de Leis da República do Brasil, Rio de Janeiro, parte 1, v. 4, p. 699-700, 1935. Disponível em: <



<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/republica/colecao5.html> > Acesso em: Junho/2017.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 284, de 28 de outubro de 1936*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-284-28-outubro-1936-503510-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: Junho/2017.

\_\_\_\_\_. *Decreto 2.290, de 28 de janeiro de 1938*. Coleção de Leis da República do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, v. 1, p. 49, 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/republica/colecao5.html>> Acesso em: Junho/2017.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 3.409, de 6 de dezembro de 1938*. Coleção de Leis da República do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, v. 4,581-586, 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/republica/colecao5.html>> Acesso em: Junho/2017.

### **Bibliografia**

BARROS NETO, J. P. *A Administração Pública no Brasil: uma breve história dos correios*. 1/1. ed. São Paulo: Annablume, 2004. v. 01. 190p .

DINIZ, Eli. *A progressiva subordinação das oligarquias regionais ao governo central*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & GRANZIERA, Rui G (organizadores). *Getúlio Vargas & a economia contemporânea*. – 2ª ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora UNICITEC, 2004.

GORENDER, Jacob. *A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e suas consequências*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & GRANZIERA, Rui G (organizadores). *Getúlio Vargas & a economia contemporânea*. – 2ª ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora UNICITEC, 2004.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 1. ed São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 351 p.

MARK, Karl. *O tempo de Circulação*. In: \_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política. Livro 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 3 v. p. 124-131.

MARK, Karl. *O tempo de Circulação*. In: \_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política. Livro 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 3 v. p. 263-271.

PEREIRA, Margareth da Silva. *Os correios e telégrafos no Brasil: Um patrimônio histórico e arquitetônico*. Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 1999. p. 282.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. 390 p.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982. 530 p.